

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário do Comércio (No.6) Class.: 544

Data 28 de Junho de 1983 Pg.: _____

Índios despertam atenção legislativa

190
O secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Suess juntamente com outros membros da entidade e do Grupo de Estudos de Questão Indígena (Grequi), estiveram ontem reunidos com os deputados Mares Guia (PT) e Antônio Faria (PMDB) na Assembléia Legislativa. O objetivo do encontro era propor a formação de uma comissão interpartidária que defendesse a causa dos índios.

"Procuramos a articulação dos parlamentares em favor da causa dos índios, mobilizando o Legislativo, enquanto o Executivo está em decadência total", afirmou Paulo Suess. Disse ele que este movimento já resultou em uma reunião com parlamentares em Brasília, a 20 de abril, e na criação da Secretaria de Cultura que assessora o governo do Acre; a qual "é praticamente uma secretaria de assuntos indígenas".

Para o secretário nacional do Cimi, a Funai está inserida nesta "decadência total do Executivo", sendo prova disso a recente invasão do prédio da Funai pelos índios e a expulsão dos coronéis de dentro do recinto. O episódio, segundo Suess, reflete o descaso da Funai para com os índios, "entregues nas mãos de multinacionais, mineradoras e fazendeiros". Como exemplo, ele citou os índios kaingangue, que promoveram uma matança entre si, utilizando-se de uma Winchester do chefe do posto da Funai na reserva de Guarita.

No caso específico de Minas, onde existem três aldeamentos (krenak, maxacalis e xacriabás), a situação é precária, tornando-se imprescindível a luta contra os preconceitos em relação aos índios, afirmou Paulo Suess. Ele citou o caso dos índios xacriabás que vivem na região de Itacarambi, no norte do Estado, os quais se submeteram a uma exame de sangue por ordem da Funai, sem conhecerem o ob-

jetivo. Segundo Suess, a meta era verificar a origem indígena dos pacientes para que os mestiços fossem despejados de suas terras, cedendo-as para a fábrica de cimento Cauê. Casos semelhantes foram citados, envolvendo os maxacalis e os krenak.

O encontro resultou em algumas propostas que serão levadas ao resto da comissão a ser formada, e que, a princípio, será constituída pelos deputados Mares Guia pelo PT, Antônio Faria e José da Conceição

pelo PMDB e Fernando Rainho pelo PDS. Apesar da questão indígena estar cinzulada diretamente ao governo federal, a comissão estudará tudo o que o poder Legislativo tem condições de fazer pelos índios.

Nesta perspectiva, algumas medidas já foram adiantadas como a aproveitamento das comissões permanentes da Assembléia para divulgação e estudo da causa indígena. Por exemplo, a comissão de Patrimônio Histórico e Artístico poderá desenvolver trabalho

sobre a cultura indígena, trazendo alguns índios para depor. O mesmo será proposto à Comissão de Saúde, quanto à situação de assistência nas tribos, e à Comissão de Educação, que analisará o problema do preconceito contra o silvícola, fomentado durante as aulas e através dos livros didáticos. Eventualmente, informou Mares Guia, poderá ser formada uma comissão de sindicância, com efeito simbólico, para denúncia de agressões e elaboração de sugestões a serem enviadas a Brasília.

A primeira providência da comissão interpartidária, no entanto, será a visita de parlamentares a cada um dos três aldeamentos, sendo a prioridade promovida no mês de agosto. "Os índios são marginais da marginalidade: rigorosamente pobres, desassistidos e desrespeitados", salientou o deputado Antônio Faria (PMDB) que, em abril, esteve na reserva dos maxacalis. "A Funai é um reflexo da sociedade que tem o índio como marginal e a Funai trata-o como tal", afirmou.